



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

RELATÓRIO

Este documento visa a elaboração do MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS para futuras **CONTRATAÇÕES**, com o intuito de atender o art. 22º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a qual dispõe sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como o art. 37 e o art. 40 do Decreto Nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

Tabela 1: Mapeamento de risco

MATRIZ DE RISCOS E ANÁLISE DE RISCOS										
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO DE ENGENHARIA DE OBRA DE ARTE ESPECIAL – PONTE EM CONCRETO ESTRUTURADA NA RO-370, KM 3,58, TRECHO: ENTRE MUNICÍPIO DE CABIXI E O ESTADO DE MATO GROSSO, NO MUNICÍPIO DE CABIXI.										
PROCESSO: 0009.000842/2025-48										
IDENTIFICAÇÃO DE RISCO				NÍVEL DE RISCO			PRIORIZAÇÃO ⁷	RESPOSTA (M, A, T ou E) ⁸	AÇÕES SUGERIDAS ⁹	
Númeração	Risco ¹	Causa do Risco ²	Consequência(s) ³	P ⁴	I ⁵	(P)x(I) ⁶				
FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO										
R1	Termo de Referência incompleto ou inadequado	Falhas na elaboração do ETP (requisitos técnicos) ou durante a elaboração no que tange aos requisitos jurídicos e/ou administrativos.	Elaboração de edital inadequado gerando recursos ou impugnação quando da sua publicação, atrasando, assim o procedimento licitatório devido a republicação do edital.	2	2	4	Baixo	M	- Fazer Checklists, bem como que todos os envolvidos na elaboração do Termo de Referência trabalhem em conjunto.	
R2	Quantitativos estimados em excesso ou em quantidade insuficiente.	Levantamento de quantitativos realizado de maneira equivocada ou fator não identificado na fase de planejamento.	Surgimento de termos aditivos ao contrato	2	4	8	Média	M	- Justificar adequadamente o quantitativo solicitado; - Tentar validar as quantidades com a área comercial e com a experiência dos fornecedores.	
R3	Ausência de justificativa para a contratação	Falta de habilidade técnica sobre itens da contratação	Não atendimento ao princípio da motivação	1	3	3	Baixo	M	-Apresentar justificativa para contratação conforme necessidades e planejamento estratégico da contratante.	
R4	Ausência de critérios para recebimento do objeto	Ausência de informação	Não segregação entre recebimento provisório e definitivo, com consequente não avaliação de outros aspectos contratuais ou recebimento do objeto em desconformidade com as especificações técnicas.	1	4	4	Baixo	E	- Adotar critérios e prazos para recebimento do objeto conforme legislação, estabelecidos no Regulamento Interno.	
R5	Critérios inadequados para medição e pagamento	Ausência de previsão à forma de pagamento	Conflitos e possíveis atrasos entre contratante e contratada; Desperdício de recursos.	1	5	5	Médio	M	- Informar formas de pagamento disponíveis e indicar a que melhor se aplica ao caso.	
R6	Contratação não produzir resultados capazes de atender à necessidade demandada, com consequente desperdício de recursos públicos.	Descrição inadequada do objeto	Não autorização do prosseguimento para contratação	1	5	5	Médio	M	- Descrever adequadamente o objeto de forma clara e objetiva para entendimento de todas as áreas envolvidas.	
R7	Risco de demora da análise pela área Jurídica e adequações ou recomendações ao edital, provenientes da análise da referida área	Multiplicidade de demandas internas aos mesmos profissionais.	Prejuízo na contratação dentro dos prazos previstos; Descontinuidade dos serviços.	1	5	5	Médio	M	- Revisar os documentos de acordo com as recomendações solicitadas pelo Jurídico	
FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO										
R8	Estimativa incorreta de preços	Problemas no escopo; Aplicação incorreta das técnicas	Adequação da planilha quanto as suas especificações.	2	3	6	Médio	M	- Ajustar o escopo. - Realizar o máximo de pesquisas de preços, esgotando todos os meios;	
R9	Estimativa incorreta de quantidades	Problemas no escopo; Aplicação incorreta das técnicas	Adequação do projeto quanto as suas especificações.	3	3	9	Médio	M	- Ajustar o escopo; - Analisar criteriosamente os valores apresentados.	
R10	A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato.	Desequilíbrio financeiro relacionado a atrasos de pagamentos das medições pela Contratante.	Paralisação do trabalho e rescisão do contrato de prestação de serviços	1	5	5	Médio	M	- A licitação necessita ser iniciada com a previsão de existência de recursos orçamentários para a execução do contrato;	
QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS: LICITAÇÃO										
R11	Acordos entre empresas que atuam no ramo pesquisado	Análise deficiente dos fornecedores dos serviços	Elevação do preço cobrado no mercado sobre o mesmo serviço ou produto.	2	5	10	Médio	M	- Realizar, juntamente com o demandante, análise criteriosa do Quadro Estimativo de Preços.	

R12	Seleção de prestadores sem condições de cumprir o contrato	Deficiência das exigências referente às habilitações técnicas, econômicas, financeiras, seguro, atestado e sanções	Inexecução do contrato	1	5	5	Médio	E	- Verificar a idoneidade da empresa em outros órgãos da Adm. Pública; - Exigir certificação compatível com o objeto no momento da contratação.
R13	Licitação Deserta ou pouca probabilidade de negociação de valores acima do T.R.	Deficiência na realização da pesquisa estimativa de preço	Prejuízo na contratação dentro dos prazos previstos; descontinuidade dos serviços.	1	5	5	Médio	E	- Elaborar orçamentos que representem a realidade atual.
R14	Risco de existência de número elevado de interposição de recursos ao resultado da Licitação.	Minutas e documentos em desacordo com práticas usuais de modelos de execução	Atraso no processo; Necessidade de mobilização de equipes envolvidas em caráter prioritário.	1	3	3	Baixo	M	- Produzir minutas e documentos de acordo com práticas usuais e modelos de execução e remuneração adequados
FASE DE ANÁLISE: FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO									
R15	Ausência de pessoal suficiente para a fiscalização de execução de contratos de serviços técnicos.	Multiplicidade de demandas internas aos mesmos profissionais	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	3	4	12	Alto	M	- Definição de equipe de fiscalização alinhada com a equipe de planejamento da contratação; - Definir metodologia interna para o Gerenciamento de prioridades da Fiscalização.
R16	Fiscalização ineficiente do contrato.	Equipe indicada é inadequada à fiscalização do contrato, e falta de capacitação da equipe para fiscalização do contrato.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	1	5	5	Médio	M	- Definir procedimento interno com vistas a padronizar critérios de seleção de equipe de fiscalização, podendo adotar modelo aprovado por Instruções Normativas Federal, adotando a multidisciplinaridade de funções; - Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores.
R17	Dificuldade de atendimento ao cronograma físico financeiro inicial previsto	Estimativa insuficiente das fases do cronograma físico financeiro.	Necessidade de aditivo contratual de prazo e atraso na entrega dos serviços programados	3	3	9	Médio	M	- Deverá haver rotina de adequação do cronograma com a fiscalização de contrato, ainda na fase de planejamento, de modo a evitar previsões de serviços físicos, bem como desembolsos financeiros inadequados.
R18	Divergências nas quantidades a serem executadas na prestação dos serviços	Metodologia de avaliação e quantificação é subjetiva ou não proporciona mecanismo para quantificar a demanda. Execução incompleta dos serviços por parte da empresa.	Paralisação da execução contratual ou pagamento de serviços não completos.	2	4	8	Médio	M	- A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Termo de Referência, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em conformidade com o Cronograma de Desembolso.
R19	Divergências entre as quantidades apresentadas pela empresa e pelos fiscais na prestação dos serviços	Metodologia de avaliação e quantificação é subjetiva ou não proporciona mecanismo para quantificar a demanda. Levantamento de quantitativos realizado de maneira equivocada.	Pagamento de serviços em desconformidade com o executado ou previsto.	2	4	8	Médio	M	- A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Termo de Referência, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em conformidade com o Cronograma de Desembolso.
R20	A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato.	Desequilíbrio financeiro relacionado a gestão interna da Contratada.	Paralisação do trabalho e rescisão do contrato de prestação de serviços.	2	5	10	Médio	M	- Deverá ser exigido à prestação de garantia do Licitante, que objetiva assegurar que o Contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a rápida reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento; - Deverá ser prevista no instrumento convocatório a necessidade de apresentação da Garantia, bem como outras informações acerca do capital da Licitante.
R21	O Fornecedor é incapaz de executar o contrato.	Não possui responsável legalmente habilitado na empresa	Paralisação do serviço; Ausência de emissão da ART ou RRT.	1	4	4	Baixo	E	- No planejamento da contratação será indicado o nível de serviço a ser contratado, estabelecendo a necessidade indicação e comprovação de profissional habilitado.
R22	O Fornecedor é incapaz de iniciar o serviço.	Não emissão da Ordem de Serviço Inicial.	Necessidade de aditivo contratual de prazo de vigência e atraso na entrega dos serviços programados	1	4	4	Baixo	E	- No planejamento da contratação será indicado o prazo para assinatura da ordem de início.
R23	Paralisação do contrato ou diminuição do ritmo de serviço por parte da empresa.	- Demora na entrega das medições por parte da empresa; - Problemas técnicos que não foram previstos e podem surgir no decorrer do Contrato;	-Necessidade de repactuação de cronograma e/ou aditivos de prazo; -Aumento dos custos resultando em possíveis necessidades de reajustes contratuais; -Impacto na qualidade do serviço; -Multas e penalidades; -Necessidade de nova licitação;	2	4	8	Médio	M	-Acompanhamento periódico efetivo dos fiscais do Contrato em relação aos prazos de entrega e contato direto com o responsável pela elaboração dos projetos.
R24	Paralisação do contrato	Desacordos Contratuais entre empresa e a Administração.	-Necessidade de repactuação de cronograma e/ou aditivos de prazo; -Aumento dos custos resultando em possíveis necessidades de reajustes contratuais;	2	4	8	Médio	M	-Alinhamentos entre equipe técnica de Gestão de Contratos e a Administração.

			-Impacto na qualidade; -Multas e penalidades; -Necessidade de nova licitação						
FASE DE ANÁLISE: MEDIÇÕES DOS PROJETO									
R25	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais	Não cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços.	1	4	4	Baixo	M	-Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); - Aplicação de sanções; -Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.
R26	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais	Não manter as condições de habilitação.	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e/ou falha na qualidade de entrega dos produtos/serviços da contratada	1	4	4	Baixo	M	-Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); - Aplicação de sanções; -Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.
R27	Demora na mobilização inicial da empresa.	Situações alheias pertinentes à contratada.	Alteração no prazo de execução do objeto contratual. Postergação do início do serviço. Possível necessidade de aditivo de prazo.	2	4	8	Médio	M	-Verificar o efetivo início dos serviços dentro do prazo estabelecido em contrato; -Exigência de garantia contratual; -Previsão de rescisão do contrato e aplicação de sanções;
R28	Caso fortuito ou força maior	Situações que configurem caso fortuito ou força maior como endemias, pandemias, enxurradas, escorregamentos, desabamentos, alagamentos, incêndios naturais, perda de cimbramentos.	Problemas que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e imputar em atrasos na entrega ou de não conformidades; Inviabilização da continuidade do serviço; Aumento de custos.	2	5	10	Médio	M	-Analisar o caso de acordo com sua complexidade a fim de adotar medidas compatíveis com cada situação, verificando a possibilidade de acionar seguros, tendo em vista que são situações de caráter excepcional.
R29	Inclusão ou adição de Controle Tecnológico e/ou Geométrico	Necessidade de execução de ensaios adicionais para caracterizações adicionais imprevisíveis.	Adequação de quantitativos; Aditivo de alteração de quantitativos e de custos.	2	3	6	Médio	A	-Realizar a adequação de quantitativos e aditivo de alteração de quantitativos e custos da Contratada de acordo com a demanda desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança do serviço bem como seu devido acompanhamento.
R30	Resultados de ensaios inconsistentes;	Inadequação na aprovação dos ensaios por não atingirem a qualidade e periodicidade exigidos pelas Instruções, Normas e Termo de Referência, tais como: resultados apresentados insuficientes e/ou equipamentos não estarem devidamente calibrados.	Surgimento de não conformidades; Patologias precoces quando a obra for executada; Controle Tecnológico/Geométrico deficitários	3	4	12	Alto	M	-Solicitar e acompanhar o refazimento de serviços não conformes sem ônus ao DER.
R31	Modificações de Normas e Instruções de Serviços	A Administração poderá modificar e/ou ampliar especificações de serviço e Normas a serem seguidas a fim de garantir que sejam utilizadas as especificações e normas vigentes.	Possível alteração no prazo, custos e no escopo do objeto.	2	4	8	Médio	A	-Reequilíbrios por meio de aditivos contratuais.
R32	Descumprimento das legislações inerentes ao tema	Atualizações na legislação, novas restrições. Não atendimento à diretrizes existentes.	Multas; Atraso no cronograma; Aumento dos custos; Aumento das quantidades.	1	4	4	Baixo	M	-Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto
R33	Modificações das especificações de serviço	A administração poderá modificar especificações de serviço, modificar e/ou ampliar escopo por interesses próprios.	Possível necessidade de aditivo/supressão de prazos e custos.	2	3	6	Médio	E	-Adotar modificações somente quando estritamente necessário para garantir questões de segurança e conformidade com normas e especificações técnicas. -Realizar o Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual (excepcional).

Legenda das colunas:¹: descrição do risco identificado;²: motivo que resultou à ocorrência do risco;³: efeitos que o risco causará no objeto da contratação.⁴: probabilidade, indicação do peso referente a chance do risco se concretizar conforme a escala de probabilidade;⁵: impacto, indicação do peso referente ao resultado do evento sobre o objeto conforme a escala de impacto;⁶: fórmula para calcular o nível do risco;

⁷: identificação do nível conforme escala para classificação de níveis de risco;
⁸: classificação da ação que deverá ser desenvolvida em resposta ao risco, sendo elas Mitigar(M), Aceitar(A), Transferir(T) e Evitar(E);
⁹: ações antecipadas que visa prevenir a ocorrência do risco;
¹⁰: descrição das medidas que deverão ser tomadas para enfrentamento do evento, no qual deverá ser definido o responsável(quem?), o momento (quando?) e a medida (como?).

As tabelas abaixo apresentam os parâmetros escalares dos níveis de probabilidade e impacto, os quais foram levados em consideração como instrumento de apoio no momento da análise e definição de classificação dos riscos.

Tabela 2: Escala de classificação de probabilidade

ESCALA DE PROBABILIDADE		
PROBABILIDADE	PESO	DESCRIÇÃO
Muito Baixa	1	Em situações excepcionais o evento poderá até ocorrer, mas não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência, portanto, é improvável que aconteça.
Baixa	2	O histórico conhecido aponta para baixa frequência, podendo o evento ocorrer de forma inesperada ou casual.
Média	3	Repete-se com frequência razoável ou há indícios que possa ocorrer de alguma forma.
Alta	4	Repete-se com elevada frequência ou sua ocorrência é até esperada, pois os indícios apontam essa possibilidade.
Muito Alta	5	Os indícios indicam claramente que o evento ocorrerá, portanto, é praticamente certo.

Tabela 3: Escala de classificação de impacto

ESCALA DE IMPACTO		
IMPACTO	PESO	DESCRIÇÃO
Muito Baixo	1	Não altera o alcance do objetivo.
Baixo	2	Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do atingimento do objetivo.
Médio	3	Compromete razoavelmente o alcance do objetivo, porém recuperável.
Alto	4	Compromete a maior parte do atingimento do objetivo, sendo de difícil reversão.
Muito Alto	5	Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo, de forma irreversível.

Em seguida, é apresentada a matriz de risco e a escala para classificação de níveis de risco que permite a visualização da criticidade de cada risco. Cabe esclarecer que, os riscos foram enquadrados em uma região da matriz de acordo com seu nível. Portanto, caso o risco enquadre-se na região verde (1 a 4), seu nível de risco é entendido como baixo, Caso esteja na região amarela (5 a 10), entende-se como médio; se estiver na região laranja (12 a 16) entende-se como alto e se estiver na região vermelha (20 a 25), entende-se como nível de risco extremo.

Para melhor compreensão, ressalta-se que, as colunas referem-se aos níveis da probabilidade e as linhas são concernentes aos níveis do impacto, devendo ser levado em consideração no momento da elaboração da matriz de risco.

Tabela 4: Matriz de risco (Impacto X Probabilidade)

MATRIZ DE RISCO						
IMPACTO (I)	Muito Alto 5	5 (RM) - (R5, R6, R7, R10, R12, R13, R16,)	10 (RM) - (R11, R20, R28)	15 (RA)	20 (RE)	25 (RE)
	Alto 4	4 (RB) - (R21, R22, R25, R26, R32)	8 (RM) - (R2, R18, R23, R24, R27, R31)	12 (RA) - (R15, R30)	16 (RA)	20 (RE)
	Médio 3	3 (RB) - (R3, R14)	6 (RM) - (R8, R29, R33)	9 (RM) - (R9, R17)	12 (RA)	15 (RA)
	Baixo 2	2 (RB)	4 (RB) - (R1, R4)	6 (RM)	8 (RM)	10 (RM)
	Muito Baixo 1	1 (RB)	2 (RB)	3 (RB)	4 (RB)	5 (RM)
		Muito Baixa 1	Baixa 2	Média 3	Alta 4	Muito Alta 5
PROBABILIDADE (P)						

Tabela 5: Escala de nível de risco (Impacto X Probabilidade)

ESCALA PARA CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEIS DE RISCO			
RB (Risco Baixo)	RM (Risco Médio)	RA (Risco Alto)	RE (Risco Extremo)
1 - 4	5 - 10	12 - 16	20 - 25

Porto Velho, RO, data e hora do sistema.

VALÉRIA LOURENÇO DIAS LANG
Engenheira Civil
Gerência de Planejamento de Projetos de Obras de Arte
CPPOO/DER-RO



Documento assinado eletronicamente por VALERIA LOURENÇO DIAS, Assessor(a), em 14/02/2025, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador 0057039040 e o código CRC C5875F06.